

Um pequeno estudo de André Luis Pereira, da faculdade de história na UNESP-Franca, coloca-nos em contato com a tradição franciscana: “Uma nova ordem social nos escritos de Francisco de Assis”.

Como costume, a *Revista de Cultura Teológica* encerra com a *Seção de Direito Canônico*. Nela, Edson Luiz Sampel – com um estudo sobre o “Direito processual canônico” – e Prof. José Ávila Cruz – com uma pesquisa sobre “O direito romano como alicerce da ação de reparação de danos” – trazem suas colaborações. A resenha, dessa vez, também é da área do Direito Canônico: Prof. Dr. Pe. Tiago Wenceslau de Barros Barbosa Júnior comenta o livro de Cardeal Zenon Grocholewski: “A filosofia do direito nos ensinamentos de João Paulo II e outros escritos”.

Dr. Matthias Grenzer
Redator

AS GRANDES LINHAS DO PENSAMENTO SOCIAL DO PAPA JOÃO PAULO II SEGUNDO AS ENCÍCLICAS LABOREM EXERCENS, SOLLICITUDO REI SOCIALIS E CENTESIMUS ANNUS, NO 25º ANO DE SEU PONTIFICADO

Côn. Dr. José Adriano

INTRODUÇÃO

Como início desta reflexão, podemos afirmar que as grandes linhas comuns às três encíclicas são as seguintes: o pano de fundo dos três documentos é a busca do *Bem Comum*; o princípio basilar que perpassa as encíclicas é a *Destinação Universal dos Bens*; o tema central, fundante de todo o pensamento pontifício é o *Homem*, numa verdadeira *Antropologia Cristológica*¹; o suporte subjetivo é a teologia da Criação e a teologia da Redenção e, por sua vez, o suporte objetivo é a ordem prática das ciências

¹ Em Puebla, o Papa reafirmou a verdade sobre Jesus Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem. A verdade sobre o homem é manifesta por uma antropologia informada pela revelação, pois “o mistério do homem só se esclarece no mistério do verbo encarnado”. O anúncio dessa verdade, revelada “por aquele mesmo que conhece o que há no interior do homem”, é direito e dever da Igreja, já que, o anúncio dessa verdade” é o melhor serviço prestado ao ser humano”. A afirmação primordial dessa antropologia é o homem como imagem de Deus, a qual é irredutível a uma simples parcela da natureza ou elemento anônimo da sociedade humana. Na origem dessa verdade encontram-se os seguintes pressupostos: O homem é criatura, ser vivo pelo alento de Deus, por isso não encontra em si mesmo a explicação para o seu mistério. No amor a Deus está a fonte de sua grandeza e dignidade. O homem é imagem e vocação, isto é, deve a cada dia tornar-se imagem dinâmica, assemelhando-se ao seu autor e fonte de seu ser. Na revelação neotestamentária, ele é imagem de Deus em Cristo, como filho de Deus, isto é, é imagem porque é filho de Deus, portanto irmão dos outros homens. A pessoa humana tem um caráter transcendente pelo que é chamada a uma eminente dignidade. Nisso se radica o primado da pessoa sobre as estruturas, a dimensão

e da técnica; finalmente o *conceito-chave*, que é um conceito ético, é a *Solidariedade*, a qual permite a participação e remete à *fraternidade* verdadeiramente cristã.

ANÁLISE DAS ENCÍCLICAS

1. *Laborem Exercens*

Contexto da Encíclica: a encíclica se insere no contexto da crise econômica ocasionada pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) com conseqüências dramáticas para os povos do Terceiro Mundo. As nações do Norte (rico) substituíram a energia pelo capital, transformando

peçoal do pecado e da conversão, sua responsabilidade pessoal e social. A primeira Carta Encíclica do Papa João Paulo II, *Redemptor Hominis*, é dedicada à defesa da dignidade do homem. Com a encarnação, Jesus, o Filho de Deus, se uniu a cada homem (GS 22), por isso ele é o caminho da Igreja e também de cada homem (RH 13). O homem possui uma sacralidade e é sujeito de direitos e deveres e irmão dos outros homens. Na *Dives in Misericordia* demonstra-se o equilíbrio entre a redutibilidade do homem e do cosmo a Deus e a absolutização do homem pela antropologia moderna. Diante das tensões atuais: egoísmo, mentira, violação dos direitos humanos, ameaça atômica e ecológica, violência social, nacional e internacional, afirma o núcleo da antropologia evangélica, isto é, a construção do homem como pessoa humana, da sociedade como comunidade, da comunidade como comunhão e misericórdia. Como “imagem de Deus” deve projetar a misericórdia para os outros. A *Laborem Exercens* demonstra a necessidade de superar o economicismo e o coletivismo materialista à luz dos valores personalistas, comunitários, pluralistas e democráticos segundo a centralidade do homem trabalhador na sua significação pessoal, social, civil, eclesiástica e política. Diante de uma economia desumanizante o Papa propõe uma nova economia do homem, derivante da solidariedade de todos os homens. A antropologia de João Paulo II se define como a antropologia da imagem em que homem e mulher são *ícones teomorfes*. A imagem de Deus no homem, e o próprio homem como imagem do humano se encontra deformada por muitos modos de injustiça. O Cristo, redentor do homem, revela, porém, a verdadeira imagem do homem, na sua originária dignidade de filho de Deus.

o desemprego em fenômeno estrutural, portanto, de caráter permanente não-transitório. Toma vulto a dívida externa e a corrida armamentista. A crise não é só econômica, mas também cultural: as questões éticas se avolumam.

Finalidade da Encíclica: marcada pela personalidade do Papa, especialmente pela sua experiência de trabalhador em sua juventude e em seu contato com um regime de origem marxista, o Papa pretende contribuir para o autêntico progresso da sociedade numa linha de continuidade com o ensinamento social da Igreja. Para isso, escolhe como “chave” da questão social o “trabalho humano”, sempre do ponto de vista do “bem do homem”. Na verdade, ele deseja fazer uma atualização de toda a Doutrina Social, sob o prisma privilegiado do trabalho. Para ele, o trabalho é a dimensão fundamental da existência humana, inserindo o homem no plano original do Criador. No trabalho se expressa o “domínio do homem sobre o mundo” (sentido objetivo da técnica) e a pessoa humana como imagem de Deus (sentido subjetivo). O Papa deseja, pois, oferecer uma antropologia do trabalho, fazendo emergir as exigências éticas que daí derivam.

O Tema Central da Encíclica é o *trabalho*. O Papa coloca o princípio do trabalho sobre o capital, aplicando-o à propriedade privada: o trabalhador sem capital tem direito à propriedade para viver dignamente. Aplica-o, também, ao quadro dos direitos humanos em geral: trabalhar é um dever e também um direito que gera direitos: remuneração, salário-família, livre associação em sindicatos², luta pela justiça social e cooperação para o bem comum. Aplica-o, de igual modo, à dimensão transcendente do homem: dar ao trabalho o sentido que tem aos olhos de Deus (participar na obra do Criador); iluminar o trabalho com o conteúdo da morte e da ressurreição de Cristo (num verdadeiro Evangelho do Trabalho).

² Os sindicatos são entendidos pelo Papa como “elementos indispensáveis na vida social” (LE 20) e como “expoente pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho [...]” (idem).

Comentário:

O trabalho é atividade transitiva: o Papa define o trabalho como “atividade transitiva, própria e exclusiva do ser humano, pela qual cumpre o mandamento divino de dominar a terra, e por meio da qual satisfaz as suas necessidades e se realiza como ser humano e como criatura feita à imagem de Deus”. Desse modo, o trabalho é uma dimensão essencial da existência humana sobre a terra. O Papa enfatiza na encíclica o caráter coletivo do trabalho. Para ele, o trabalho é uma atividade de toda a humanidade, e seus frutos compõem um verdadeiro patrimônio histórico do trabalho humano. Daí o princípio ético que perpassa toda a encíclica: a prioridade do subjetivo sobre o objetivo. Do sujeito sobre o objeto produzido. Do trabalho sobre o capital. Como pessoa, ícone de Deus, o homem é sujeito do trabalho. Por isso o Papa pode afirmar que “as fontes da dignidade do trabalho não devem ser procuradas na sua dimensão objetiva, mas em sua dimensão subjetiva... e que o primeiro fundamento do valor do trabalho é o próprio homem, seu sujeito” (LE 6).

O homem dignifica o trabalho: o que dignifica o trabalho é o homem que o realiza (inverte-se o adágio *o trabalho dignifica o homem*), e não o produto resultante; e, ao mesmo tempo, o homem no trabalho realiza-se a si mesmo como pessoa humana. Essa prioridade constitui “o eixo fundamental e perene da doutrina cristã sobre o trabalho humano” (LE 6). Não é assim que pensam o *economicismo* e o *materialismo*. Ambos contradizem o princípio ético proposto: o economicismo considera o trabalho como mercadoria, no que é grandemente favorecido pelo materialismo. Para o Papa, ambos constituem-se em dois grandes erros geradores de conflitos morais: derrocada da ética em vista dos benefícios materiais da técnica. Na análise feita pela encíclica, o trabalho é causa eficiente primária, e o capital é causa instrumental. Eis, pois, a verdadeira relação entre trabalho e capital: causa eficiente diante da causa instrumental; isto é, um fato da experiência da qual se deduz um princípio ético. A Doutrina Social afirma que trabalho e capital se requerem, necessitam-se mutuamente, mas a relação entre ambos, para ser justa, deve ser regida pelo trabalho como “sujeito eficiente” (LE 12).

A destinação universal dos bens é princípio ético: o pensamento do Santo Padre recupera, esclarece e amplia a Doutrina Social da Igreja também quanto à Tradição viva da Igreja. É o caso da Destinação Universal dos bens como princípio ético para o agir cristão diante da problemática oferecida pela encíclica. Diz ele: “A tradição cristã jamais sustentou o direito *de propriedade* como absoluto e intocável. Ao contrário, sempre o entendeu no contexto mais amplo do direito comum de todos no sentido de usar dos bens da criação inteira: o direito à propriedade privada como subordinado ao direito ao uso comum, ao destino universal dos bens” (LE 14). De fato, os bens não podem ser possuídos contra o trabalho, nem podem ser possuídos pelo simples possuir, porque o único título legítimo para sua posse (privada, pública ou coletiva) é que sirvam ao trabalho (LE 14).

Os princípios éticos daí resultantes são: O homem é sujeito e fim do processo econômico: a produção ordena-se a ele como fim e, nesse processo, ele deve atuar como sujeito humano e, ao mesmo tempo, como agente; a dignidade do trabalho reside mais na sua dimensão subjetiva, porquanto é uma pessoa quem o realiza; o trabalho tem prioridade sobre o capital, porque o homem que trabalha é superior ao conjunto de objetos que são frutos de seu trabalho; existe uma íntima vinculação entre trabalho e capital, ambos necessitam-se mutuamente; qualquer sistema de propriedade deve servir ao destino universal dos bens, isto é, tanto o capitalismo quanto o coletivismo para serem éticos, requerem a participação efetiva do homem, individualmente ou em grupo (o Papa busca um caminho de compromisso e ação social para os cristãos que vivem sob qualquer dos regimes, à margem de suas respectivas ideologias).

A solidariedade é a palavra-chave, o princípio ético, a virtude cristã por excelência, em confronto com a problemática apresentada pela encíclica. Com ela, o Papa propõe um ideal para orientar o futuro do mundo do trabalho, porque a solidariedade não se baseia na luta de classes, mas tem como fundamento a própria essência do trabalho, como tarefa coletiva que vincula estreitamente todos os homens, não apenas com seus contemporâneos, mas também com aqueles que os precederam (LE 12).

O Papa cunha a expressão **Evangelho do Trabalho** (LE 25,26), indicando com isso que a Igreja oferece à humanidade a “boa-nova” sobre o trabalho em seu sentido último, o significado que o trabalho tem aos olhos de Deus, e mediante o qual se insere na obra da salvação (LE 24). No Evangelho do Trabalho, três fatores devem ser levados em conta: O homem criado à imagem e semelhança de Deus é partícipe de sua obra criadora. Deus criou o mundo trabalhando seis dias e descansando no sétimo. Assim, a mensagem cristã não afasta o homem da edificação do mundo nem o leva a despreocupar-se em relação ao bem alheio (LE 25); O exemplo de Cristo como filho do carpinteiro e trabalhador do Pai (“meu Pai trabalha sempre e eu também trabalho” cf. Jo 5,17) dá sentido às tarefas do dia-a-dia, por isso a atividade humana procede do homem e se ordena ao mesmo homem (LE 26); O trabalho e a fadiga recebem seu sentido último da morte e da ressurreição de Jesus. Se o cansaço é conseqüência do pecado, a ressurreição de Jesus, que supõe a passagem pela cruz e pela morte, descobre o valor daquilo que, à primeira vista, aparece na experiência humana como provação e dor (LE 27). Dessa forma, entendemos que, no pensamento do Papa, o trabalho se destina não apenas ao progresso terreno, mas também ao desenvolvimento do Reino de Deus (LE 27).

2. *Sollicitudo Rei Socialis*

Contexto da Encíclica: a encíclica se insere nas comemorações do 20º aniversário da Encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, e num contexto em que as questões sociais adquirem dimensões mundiais: o conflito intranacional entre trabalho e capital sucede o enfrentamento mundial entre países ricos e pobres. O bloco dos países do Norte rico gera, cada vez mais, miséria nos países pobres do Sul. Eis o desafio moral do subdesenvolvimento e do hiperdesenvolvimento para o fim do segundo milênio.

Finalidade da Encíclica: a finalidade da encíclica é afirmar a autêntica concepção do desenvolvimento que implica atender não só à dimensão terrena,

imane, mas também àquela dimensão transcendente do homem (SRS 27-29) e que deve traduzir-se em tarefa moral, isto é, em atitude de solidariedade entre os homens e entre os povos (SRS 32-34). Na busca das causas morais do subdesenvolvimento, o Papa ressalta o pecado pessoal, bem como as estruturas de pecado (hábitos, costumes, cultura...) que devem encontrar na *solidariedade* o único caminho para a superação do mal. A encíclica quer reafirmar, ainda, a Doutrina Social da Igreja como missão evangelizadora, numa ótica internacional (para os dois blocos) e como palavra portadora de conteúdo ético. A encíclica pretende, finalmente, fazer um pronunciamento segundo a fé cristã, iluminando o difícil problema do subdesenvolvimento. Por isso, a compreensão dessa realidade é condição inevitável para o seu julgamento posterior. O julgamento moral não exige soluções técnicas, mas oferece pistas que assinalam o horizonte em direção ao qual devem convergir os esforços de todos.

O tema central da Encíclica é a solicitude da Igreja para com a questão social, especialmente para com a questão do desenvolvimento dos povos. É um tema, portanto, doutrinal e ético em confronto com a realidade contemporânea, cujas causas devem ser conhecidas e diagnosticadas: contraposição dos dois blocos (Norte-Sul) como chave de interpretação; interdependência e dependência como causa política; causas de ordem cultural como são as violações dos direitos dos homens e dos povos (SRS 12-15). Os sujeitos de tais direitos não são só as pessoas ou grupos, mas também os povos e nações.

Comentário:

A **interdependência** faz com que o destino da humanidade seja cada vez mais comum. Considerada em si mesma, ela é um fato do qual derivam exigências éticas, ou seja: a interdependência exige a solidariedade, caso contrário será opressão do mais forte sobre o mais fraco. Das ideologias do Ocidente (capitalista) e do Oriente (coletivista) surgem duas visões diversas do homem, de sua liberdade e de seu compromisso social (SRS 20). Daí também derivam não só dois sistemas políticos, mas também dois modelos

econômicos, como formas antitéticas de organização do trabalho e de estruturas da propriedade, especialmente dos meios de produção (SRS 20). Essas contraposições ideológica e econômica dão origem à contraposição militar, armada, fazendo dos blocos antagônicos blocos armados (SRS 20). Assim, toda a humanidade é afetada, todos os povos são envolvidos: o conflito que algumas vezes é latente outras vezes explode como forma indireta de as grandes potências medirem suas forças. São chamadas de: *guerra fria, conflitos de baixa intensidade* e até mesmo podendo chegar a uma *guerra aberta e total* (SRS 20). E, nesse caso, a economia, sufocada pelos gastos militares, pela corrida armamentista, é desastrosa para o Terceiro Mundo. A interdependência entendida não como base de cooperação, mas de opressão, projeta-se sobre o Terceiro Mundo sob a forma de *Imperialismo* ou *neocolonialismo*, gera desconfiança e insegurança, principais obstáculos para a *solidariedade* entre os povos. E a carência de cooperação solidária é falta grave contra o mais fundamental dever ético (SRS 23). A obrigação moral vinculada a todo comportamento político é tanto mais estrita quanto maior é o poder de uma nação e sua capacidade de atuar no cenário mundial.

Há duas concepções de desenvolvimento: o que está em jogo são as “duas concepções do próprio desenvolvimento dos homens e dos povos, ambas imperfeitas e de tal maneira que exigem uma correção radical” (SRS 21). Por isso, a Doutrina Social da Igreja adota uma atitude crítica em relação tanto ao capitalismo liberal como ao coletivismo marxista (SRS 21). Diz o Papa: “[...] percebe-se com clareza a contradição intrínseca de um desenvolvimento limitado apenas ao âmbito econômico. Esse tipo de desenvolvimento subordina facilmente a pessoa humana e suas necessidades mais profundas às exigências do planejamento econômico ou do lucro exclusivo” (SRS 33).

O “ser”, o “ter” e o “parâmetro interior”: para o Papa, a problemática é eminentemente ética. Ele a discute, levando em conta o caráter ético racional e também o caráter religioso-teológico: No discurso ético desenvolve a argumentação conforme a contraposição entre o “ser” e o “ter”; no discurso teológico, desenvolve-a recorrendo ao “parâmetro interior” do homem. O Papa não é simplista nem excludente na questão do “ter” e “ser”. Ele reconhece

a necessidade de “ter”, de possuir certos bens materiais, mas deplora a má distribuição dos recursos e suas conseqüências tanto para os que têm pouco quanto para os que têm muito. A tragédia dos povos subdesenvolvidos está no fato de não disporem do mínimo indispensável. Mas igualmente a abundância de “ter” e a ânsia de acumular acabam por se transformar também em obstáculo para o “ser”. Por isso, “um desenvolvimento que não seja apenas econômico mede-se e se orienta segundo a realidade e vocação do homem globalmente considerado, isto é, conforme um *parâmetro interior* [...] para o verdadeiro desenvolvimento é necessário não perder de vista esse *parâmetro* presente na natureza específica do homem, criado por Deus à sua imagem e semelhança” (SRS 29). Se a primeira dimensão do *parâmetro* que caracteriza o homem é a de ser criado à imagem e semelhança de Deus, a segunda dimensão é escatológica, isto é, sua imortalidade. A origem e o fim do homem é Deus, por isso, o Papa pode afirmar que “o desenvolvimento não pode consistir apenas no uso e na posse indiscriminada das coisas criadas e nos produtos da indústria humana, mas sim em subordinar a posse, o domínio e o uso à semelhança divina do homem e à sua vocação à imortalidade. Essa é a realidade transcendente do ser humano [...]” (SRS 29).

O desenvolvimento é uma dimensão essencial da vocação do homem (SRS 30), por isso, o desenvolvimento integral deve ser considerado como um momento da história que começou na criação, constantemente ameaçado pela infidelidade à vontade do Criador” (SRS 30). A fé em Cristo Salvador também enriquece a noção de desenvolvimento. Cristo se insere na nossa história, assinalada por nosso esforço pessoal visando elevar a condição humana. Reencontramos o sonho de um “progresso indefinido” transformado radicalmente pela nova ótica aberta pela fé cristã (SRS 31). Portanto, um novo horizonte de esperança se abre diante do crente, para trabalhar pelo desenvolvimento como um caminho em direção a Deus. Para o Papa João Paulo II, ser cristão compreende uma exigência inquestionável de projetar a fé para o mundo, ou seja, de evangelizar; e essa projeção não exclui nenhum âmbito da vida humana, sobretudo quando está em jogo a própria sobrevivência dos pobres (pode-se dizer, hoje, que estão em jogo os destinos do mundo!).

As **estruturas de pecado** são constatadas na desconcertante e intolerável miséria do subdesenvolvimento de muitos em face do hiperdesenvolvimento de poucos. Tanto um quanto o outro são contrários à autêntica felicidade do homem, já que tornam o homem um “escravo”. (SRS 28). O conceito de *estrutura de pecado* é inovador na encíclica e também sua principal contribuição para a reflexão moral social. Na verdade, tudo tem origem no *pecado pessoal*, pois o pecado está vinculado à pessoa e seus atos concretos, mas, aos poucos vai-se consolidando, criando raízes e formas dentro da cultura, nos hábitos e costumes a ponto de não ser mais sentido como pecado: transmuta-se numa estrutura que se impõe à ação humana, condicionando e levando outros a pecar. Duas coisas denotam, no mundo de hoje, dizia a encíclica, a verdade da existência da *estrutura de pecado*: a “sede de poder” e o exclusivo “anseio de lucro” a qualquer preço. Ambas levam o homem à miséria.

A **solidariedade**: a proposta de solução baseia-se numa ordem de valores novos, cujo eixo central encontra-se na solidariedade. Para se antepor à *competitividade*, o Papa propõe a *solidariedade*. Solidariedade, pois, se torna uma palavra-chave para a compreensão de toda a encíclica, pois ela é assumida como *categoria moral*. É, até mesmo, chamada pelo Papa de “virtude da solidariedade”! A solidariedade, nesse caso, é a firme e perseverante determinação de comprometimento pelo bem comum (SRS 38). É um chamamento a estabelecer uma “plataforma comum” sobre a qual possam juntar-se os esforços de todos os homens de boa vontade. O aspecto mais relevante desse tema é o *sentido de responsabilidade de todos por todos*. A solidariedade, assim entendida, nos faria servir ao outro em vez de explorá-lo, de libertá-lo em vez de oprimi-lo. Assim, os direitos das pessoas e dos povos serão o único caminho para a paz e para o desenvolvimento. A solidariedade, juntamente com a interdependência, exige a “superação da política de blocos, a renúncia a toda forma de imperialismo econômico, militar ou político, e a transformação da desconfiança mútua em colaboração” (SRS 39).

A **solidariedade é uma virtude cristã**: ela tende a superar-se a si mesma, a revestir as dimensões especificamente cristãs da gratuidade total, do perdão e da reconciliação. Além dos vínculos naturais e humanos, tão fortes

e profundos, à luz da fé, percebe-se um novo modelo de unidade do gênero humano, no qual a solidariedade deve inspirar-se. Esse modelo de unidade, reflexo da vida íntima de Deus, uno em três pessoas, é que nós, cristãos, expressamos com a palavra *comunhão* (SRS 40). Por isso, afirma o Papa, a solidariedade é uma tarefa cujo objetivo é responder à vontade de Deus e cumpri-la na realização de atos morais, enquanto atos bons.

A **ecologia humana**: a solidariedade não é só com o homem, mas também com a natureza. Assim, a Doutrina Social é inovada pela *Sollicitudo Rei Socialis* quando esta enfoca a relação homem-natureza como uma questão de *ecologia humana*. A paz entre os povos e a construção da verdadeira paz dependem do equilíbrio (hoje tão precário) entre o homem e a natureza; dependem, sobretudo, do respeito pelos outros seres que constituem a natureza visível. O papa afirma que “diante da natureza visível, estamos sujeitos a leis não apenas biológicas, mas também morais, que não se podem transgredir impunemente” (SRS 34). Dessa forma, na ordem dos princípios éticos e teológicos, não é supérfluo recordar que o domínio sobre a natureza, reconhecido ao homem, não é de caráter absoluto.

Outro fator importante da solidariedade é a **opção preferencial pelos pobres**: a opção pelos pobres nasce do amor preferencial. Os pobres são uma realidade que não se pode ignorar (SRS 42) e, por pobres, o Papa entende as imensas multidões de famintos, mendigos, sem teto, sem cuidados médicos e, sobretudo, sem esperança. Fato notável é que o Papa liga essa realidade à questão da propriedade. Os pobres são os que “nada têm”, mas possuem o direito divino de “ter”. A propriedade nas mãos de poucos e causadora da miséria de muitos é detentora de uma “hipoteca social” (SRS 42) e, ela só tem razão de ser quando está em função do princípio da “destinação universal dos bens”. A Igreja e cada um de seus membros estão obrigados a aliviar a miséria dos que sofrem, estejam perto ou longe, não só com o que lhes é supérfluo, mas com o que lhes é necessário.

3. *Centesimus Annus*

Contexto da Encíclica: a encíclica se insere no contexto da queda do coletivismo e da ascensão do capitalismo liberal que agora aparece como vitorioso e sem concorrente. As conseqüências dos males que já vinham se alastrando são ainda maiores: concepção errônea da liberdade que afasta da verdade; violação dos direitos dos trabalhadores; ineficiência do sistema econômico; falsa idéia do homem que leva a um falso projeto de sociedade; o livre mercado e a dependência dos mais pobres; a dívida externa; as guerras; a questão ecológica; ideologias legitimadoras da violência etc.

Finalidade da Encíclica: A Encíclica *Centesimus Annus* comemora o centenário da Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII (1891). Ela propõe um olhar ao redor para ver as *coisas novas* de hoje³, olhando para os

³ As coisas novas de hoje: a) negativas: O Estado totalitário, que nasce da negação da verdade e da negação da transcendência do homem; o Socialismo ateu, que considera o homem uma molécula do organismo social, subordinando o bem do indivíduo ao bem do Estado, fazendo desaparecer o conceito de pessoa como sujeito autônomo de decisão moral; o Capitalismo, que faz do trabalho e do próprio homem uma simples mercadoria e se assenta sobre o lucro e não sobre a dignidade da pessoa; a Dívida Externa, que condena à fome e ao desespero populações inteiras; o Consumismo de cunho materialista que cria estilos de vida ilícitos; a Propriedade Privada como direito absoluto de poucos, contrária, pois, à vontade de Deus; a Luta de Classes de dupla raiz: ateísmo e desprezo da pessoa humana; o Trabalho opressivo, destituído de dignidade e negador de direitos; o Militarismo armamentista, que leva ao nacionalismo exacerbado, às muitas formas de totalitarismos e às guerras; a Sociedade do bem estar, que nega o direito, a cultura e a religião, excluindo os valores espirituais; a Economia do lucro fácil, do enriquecimento ilícito, das atividades ilegais como obstáculo ao verdadeiro desenvolvimento; a Política como religião secular que não se deixa vincular por princípios morais; b) positivas: os Direitos Humanos dos indivíduos, dos povos e nações; a Não-violência como método de pressão moral libertadora cujas armas são a verdade e a justiça capazes de derrubar os regimes imperiais no mundo; o Homem e Deus como inter-relação amorosa fundadora da verdadeira dignidade da pessoa. Como imagem de Deus, o homem é a única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma e para a qual Deus tem o seu projeto, isto é, a salvação eterna; a Ecologia Humana, que tem na família o "santuário da vida"; a Ação Social da Igreja como testemunho e credibilidade da mensagem evangélica a favor dos pobres e excluídos.

fatos da história recente, para construir um futuro mais de acordo com a vontade de Deus. Ela quer obedecer ao Cristo que manda indicar o caminho, proclamar a verdade e comunicar a vida (Jo 14,6). Sua finalidade, pois, é evidenciar a fecundidade dos princípios do Papa Leão XIII (CA 3), ampliá-los e colocá-los em prática na realidade atual. Assim, o Papa João Paulo II o faz: acentua em primeiro lugar a dignidade do trabalho humano; em seguida, destaca o direito à propriedade privada, reafirmando que ele não deve ser um direito absoluto, pois todos possuem direito aos bens da criação, os quais são destinados universalmente a todos. Todos os outros direitos próprios e inalienáveis da pessoa humana também são elencados pelo Papa: Direito à vida (primeiro e mais fundamental); Educação (crescer à sombra do coração da mãe); Viver numa família unida, ambiente favorável ao crescimento da personalidade; Direito ao trabalho; Direito de fundar uma família; Direito de associação, de condições dignas de trabalho; direito a um salário justo extensivo à família; Direito de cumprir livremente os deveres religiosos etc.

O tema central da Encíclica é a Doutrina Social da Igreja como instrumento de Evangelização, exigindo a colaboração de todos para o predomínio do ideal democrático, promoção da justiça e transformação das estruturas sociais. Prioriza igualmente a defesa do homem, afirmando que o homem é o caminho da Igreja. Como nas encíclicas sociais anteriores, também nesta o homem ocupa um lugar central no pensamento de João Paulo II: Deus criou a terra e a deu ao homem para que a dominasse com seu trabalho e gozasse de seus frutos (Gn 1,28-29). Deu a terra a todo o gênero humano, sem excluir nem privilegiar ninguém. O destino universal dos bens tem aí o seu fundamento: a terra é o primeiro dom de Deus para o sustento da vida humana. O trabalho é o segundo dom. Através dele o homem domina e faz na terra a sua morada. O homem se apropria da terra pelo trabalho. Não tem o direito de impedir que outros tenham a mesma oportunidade (pois a terra é de todos). Outra forma de propriedade é o conhecimento, a técnica e o saber. Todo tem direito a aceder a esses bens (hoje nas mãos da elite dominante).

Comentário:

A Doutrina Social é um instrumento de Evangelização: segundo a Encíclica *Centesimus Annus*, a Doutrina Social da Igreja é um instrumento de evangelização porque anuncia Deus e o mistério da salvação em Cristo a cada homem, revelando o homem a si mesmo. Daí deriva toda a sua ação: direitos humanos de cada um, especialmente do trabalhador, da família, da educação, dos deveres do Estado, do ordenamento da sociedade nacional e internacional, da vida econômica, da cultura, da guerra e da paz, do respeito pela vida desde a concepção até a morte.

A experiência dos dois blocos: o Papa tem a experiência de viver nos dois blocos: no Capitalismo ocidental e no Coletivismo de ideologia atéia. Ele não se coloca em um sistema julgando o outro, mas julga a ambos em seu pecado social: a instrumentalização do homem até a exaustão. A concepção marxista do homem considera-o como “um simples elemento ou uma molécula do organismo social, de maneira que o bem do indivíduo está subordinado ao funcionamento do mecanismo econômico social” e pode ser alcançado à margem de sua decisão autônoma e de sua responsabilidade assumida (CA 13). A raiz desse erro antropológico é o ateísmo: “A negação de Deus priva a pessoa de seu fundamento e, conseqüentemente, leva-a a organizar a ordem social prescindindo da dignidade e da responsabilidade da pessoa” (CA 13). O marxismo concebe o homem de modo mecânico. Conseqüência disso é a idéia de que a luta de classe, pela destruição do adversário, a contradição e a própria guerra sejam fatores de progresso e de avanço da história (CA 18). É uma lógica perversa e desumana. O erro consiste, ainda, em conceber a liberdade humana de tal modo que a afasta da obediência à verdade (CA 17). Sem a necessária vinculação à verdade, o homem se esquece de respeitar os direitos dos outros (CA 17). A questão de fundo, pois, é antropológica: é na antropologia que se situa a máxima contraposição entre cristianismo e marxismo.

O testemunho da verdade é eficaz: o coletivismo, afirma o Papa, foi vencido pela “não-violência”, isto é, as armas da verdade e da justiça, a negociação e o diálogo, o testemunho da verdade, a força de muitos mártires

[...] são atitudes que desarmaram aqueles que sempre confiaram no poder da força. O testemunho da verdade foi sempre mais eficaz (CA 23). Do mesmo modo, o vazio espiritual provocado pelo ateísmo e o anseio do marxismo em “erradicar do coração humano a necessidade de Deus” contrasta com a constância daqueles que se mantiveram fiéis a Deus durante uma luta tão prolongada (CA 24).

A ecologia humana: “A solução marxista fracassou, mas permanecem no mundo os fenômenos de marginalização e exploração, especialmente no Terceiro Mundo, assim como os fenômenos de alienação humana, em especial nos países mais avançados” (CA 42). Por isso, a queda do coletivismo não pode ser vista como a vitória definitiva do sistema capitalista (CA 35), também ele gerador de tantos males. Diante desses males, é preciso, prega o Papa, “uma autêntica ecologia humana” que exija o respeito à vida humana e à família. A liberdade humana se transforma, para o Papa, em critério ético do sistema econômico: a liberdade humana integral é que deve ficar protegida, e a ela deve ser submetida a liberdade econômica, mediante uma legislação adequada.

A plus valia do homem: o Papa propõe “uma sociedade baseada no trabalho livre, na empresa e na participação (CA 35). É um modelo que coincide com aquele proposto na *Laborem Exercens*, de prioridade do homem sobre o capital, e que supõe uma aceitação do capitalismo, mas corrigido de tudo aquilo que tende a inverter os termos e a colocar de novo o homem e o trabalho a serviço do capital. A Igreja, através de sua Doutrina Social, contribui indicando caminhos: o primeiro é a *prioridade do homem* que se realiza por meio de sua inteligência e de sua liberdade; o segundo é a *propriedade dos meios de produção* que só se legitima quando eles são empregados para um trabalho útil; o terceiro é o apoio à democracia à medida que esse sistema político garanta a participação dos cidadãos e o controle do poder; por último, a Igreja reconhece ao Estado um papel essencial na vida econômica, de modo indireto conforme o princípio de subsidiariedade, e de modo direto segundo o princípio de solidariedade (CA 15).

A Doutrina Social da Igreja segundo a *Centesimus Annus* possui uma íntima conexão com a antropologia do Papa João Paulo II. Toda a encíclica move-se no quadro das idéias sobre o homem. A atenção ao homem

é o fio condutor e motivação de sua doutrina social. Eis os pontos principais: A Doutrina Social justifica-se de acordo com a atenção ao homem real e concreto, entendido como ser social (CA 53); A Doutrina Social é um instrumento de Evangelização: com os olhos voltados para o anúncio da salvação, preocupa-se com todos os demais problemas que afetam o homem (CA 54); A Doutrina Social é uma parte da teologia: para conhecer o homem de hoje, é preciso conhecer a Deus; anunciar a salvação enriquece a dignidade do homem (CA 55); A Doutrina Social supõe a colaboração das Igrejas locais para aplicá-las às diversas situações (CA 56); A Doutrina Social é, antes de tudo, fundamento e estímulo para a ação; hoje, mais do que nunca, torna-se digna de crédito pelo testemunho das obras: é aí que a opção preferencial pelos pobres encontra seu sentido (CA 57); A Doutrina Social exige a promoção da justiça: não só dando do supérfluo, mas ajudando os povos a entrar no círculo do desenvolvimento, transformando as estruturas, criando órgãos internacionais de controle e orientação (CA 58); A Doutrina Social exige a colaboração de todos para ser posta em prática: das Igrejas cristãs, das religiões, de todos os homens de boa vontade (CA 60); A Doutrina Social vem mantendo uma constante ao longo destes cem anos, isto é, a defesa do homem (CA 61).

BIBLIOGRAFIA

- JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica *Laborem Exercens* (no 90º aniversário da *Rerum Novarum*). Edição brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.
- JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica *Sollicitudo rei Socialis*. Edição brasileira. São Paulo: Paulinas, 1988.
- JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica *Centesimus Annus* (no 100º da *Rerum Novarum*). Edição brasileira. São Paulo: Loyola, 1991.
- CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995.

Côn. José Adriano é Doutor em Teologia Moral e professor na Pontifícia Faculdade de Teologia do Centro Universitário Assunção.

OS SETE SINAIS DA NOVA CRIAÇÃO

O SETENÁRIO SACRAMENTAL SOB O PONTO DE VISTA SIMBÓLICO-LITÚRGICO

Pe. Dr. Valeriano dos Santos Costa

O Concílio de Trento, no cânon 1.º da sessão VII¹, definiu que os sacramentos da Igreja são sete, nem mais nem menos. Cabe à teologia litúrgica refletir, aprofundar e buscar o sentido teológico e espiritual do setenário sacramental, no intuito de que o Mistério de Cristo seja mais profundamente testemunhado na vida cotidiana e celebrado na liturgia. O nosso tema encaixa-se dentro da sacramentalidade litúrgica, pois é impossível abordar os sacramentos desconhecendo seu aspecto litúrgico, como também tratar a liturgia à margem dos Sacramentos.

Como estamos tratando do setenário sacramental, defendemos a afirmação de que não podemos considerar os sete sacramentos como uma quantidade aritmética. Sendo práticas litúrgicas, os sacramentos devem ser analisados na ótica simbólica, pois liturgia é essencialmente ação simbólica, cujos sinais expressivos revelam o Mistério de Cristo e nos colocam em comunhão com Deus.

A definição do setenário, tanto na teologia como na dogmática, é realizada somente a partir do século XII, pois "nos onze primeiros séculos, 'sacramento' tinha um sentido muito amplo e se aplicava a múltiplas realidades, não preocupando tanto a sua estrita definição e fixação em um número determinado"². Segundo J. M. Castilho, foi somente no fim do século XII que se começou a falar doutrinariamente sobre os sete sacramentos³.

A melhor forma de se entender a evolução sacramental é acompanhar a evolução litúrgica. Quando o Senhor saiu da visibilidade histórica, após a

¹ DS 844.

² BOROBIO. *Da celebração à teologia*, p. 352.

³ Cf. CASTILHO. *Símbolos de liberdade*, p. 375.